

LUÍS ROBERTO
BARROSO

Curso de
DIREITO
CONSTITUCIONAL
Contemporâneo

Os conceitos fundamentais e a construção
do novo modelo

10ª edição
2022

Atualizada com a colaboração de Patrícia Perrone Campos Mello

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Fávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos	Fernando Penteadó
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Gerência editorial	Isabella Sánchez de Souza
Edição	Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Paula Brito
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Kelli Priscila Pinto Klariene Girardi
Diagramação	NSM Soluções Gráficas
Revisão	Célia Regina Souza de Araujo
Capa	Deborah Mattos
Ilustração de capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

B277c Barroso, Luis Roberto

Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo / Luis Roberto Barroso. – 10. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.
712 p.

ISBN 978-65-5559-669-4 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Constitucional. 3. Constituição Federal.
4. Direitos Fundamentais. I. Título.

2021-3554

CDD 342
CDU 342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Constitucional	342
2. Direito Constitucional	342

Data de fechamento da edição: 25-10-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607263 CAE 784895

ÍNDICE GERAL

<i>Abreviaturas e periódicos utilizados</i>	7
<i>Introdução</i>	23
<i>Nota à 10ª edição</i>	27

PARTE I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO: OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS E A EVOLUÇÃO DAS IDEIAS

CAPÍTULO CONSTITUCIONALISMO

I O SURGIMENTO DO IDEAL CONSTITUCIONAL E SEU DESENCONTRO HISTÓRICO	33
1 Generalidades	33
2 Da Antiguidade Clássica ao início da Idade Moderna	35
II O CONSTITUCIONALISMO MODERNO E CONTEMPORÂNEO	39
1 Experiências precursoras do constitucionalismo liberal e seu estágio atual	39
1.1 Reino Unido	39
1.2 Estados Unidos da América	43
1.3 França	50
2 Um caso de sucesso da segunda metade do século XX: a Alemanha	59
3 O constitucionalismo no início do século XXI	64

CAPÍTULO II DIREITO CONSTITUCIONAL

I O DIREITO CONSTITUCIONAL NO UNIVERSO JURÍDICO	66
1 Generalidades	66
2 Conceito	70
2.1 A ciência do direito constitucional	70
2.2 O direito constitucional positivo	71
2.3 O direito constitucional como direito subjetivo	72
3 Objeto	73
II O DIREITO CONSTITUCIONAL COMO DIREITO PÚBLICO	74
1 Direito público e direito privado	74
2 Regime jurídico de direito público e de direito privado	76
III A EXPANSÃO DO DIREITO PÚBLICO E DA CONSTITUIÇÃO SOBRE O DIREITO PRIVADO	78
IV ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO. EVOLUÇÃO DA DICOTOMIA. UM DRAMA BRASILEIRO	80

1	Origens da distinção.....	80
2	O desaparecimento do espaço público: Império Romano e sistema feudal.....	82
3	A reinvenção do público: do Estado patrimonial ao Estado liberal	83
4	A volta do pêndulo: do Estado social ao neoliberalismo	85
5	O público e o privado na experiência brasileira.....	85
V A SUBSISTÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO		
		87
1	O Estado ainda é protagonista	87
2	Sentido e alcance da noção de interesse público no direito contemporâneo	88
 CAPÍTULO III CONSTITUIÇÃO		
I	NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....	91
II	REFERÊNCIA HISTÓRICA	92
III	CONCEPÇÕES E TEORIAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO.....	95
IV	TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES	97
V	CONTEÚDO E SUPREMACIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	98
VI	A CONSTITUIÇÃO NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO.....	100
VII	CONSTITUIÇÃO, CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA.....	103
VIII ALGUMAS CORRENTES DA FILOSOFIA CONSTITUCIONAL E DA FILOSOFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS.....		
		106
1	Substancialismo e procedimentalismo.....	107
2	Liberalismo e comunitarismo	109
	2.1 Liberalismo igualitário	110
	2.2 A crítica comunitarista	112
3	Outras correntes	114
 CAPÍTULO IV PODER CONSTITUINTE		
I	CONCEITO, ORIGENS E GENERALIDADES.....	117
II	PROCESSOS CONSTITUINTE E MODELOS CONSTITUCIONAIS	120
III	TITULARIDADE E LEGITIMIDADE DO PODER CONSTITUINTE.....	124
IV	NATUREZA E LIMITES DO PODER CONSTITUINTE.....	129
1	Condicionamentos pré-constituintes	130

2	Condicionamentos pós-constituintes.....	132
V	PROCEDIMENTO	135
VI	PODER CONSTITUINTE E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA.....	138
CAPÍTULO V MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL		
I	CONCEITO E GENERALIDADES.....	140
II	FUNDAMENTO E LIMITES	143
III	MECANISMOS DE ATUAÇÃO	145
1	A interpretação como instrumento da mutação constitucional.....	146
2	Mutação constitucional pela atuação do legislador	149
3	Mutação constitucional por via de costume	150
IV	MUDANÇA NA PERCEPÇÃO DO DIREITO E MUDANÇA NA REALIDADE DE FATO	152
CAPÍTULO VI REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL		
I	GENERALIDADES.....	155
II	A QUESTÃO TERMINOLÓGICA: PODER CONSTITUINTE DERIVADO, REFORMA, REVISÃO E EMENDA. PODER CONSTITUINTE DECORRENTE....	159
III	NATUREZA JURÍDICA E LIMITES	161
IV	LIMITES TEMPORAIS E CIRCUNSTANCIAIS	162
V	LIMITES FORMAIS	164
VI	LIMITES MATERIAIS	171
1	Noção e antecedentes	171
2	Fundamento de legitimidade.....	173
3	A questão da dupla revisão.....	174
4	Os limites materiais implícitos	176
5	Cláusulas pétreas e hierarquia	178
6	Os limites materiais na experiência brasileira e na Constituição de 1988.....	179
6.1	A forma federativa do Estado	182
6.2	O voto direto, secreto, universal e periódico	184
6.3	A separação de Poderes.....	184
6.4	Os direitos e garantias individuais	186
6.4.1	A questão do direito adquirido	191

CAPÍTULO VII NORMAS CONSTITUCIONAIS

I	NORMAS JURÍDICAS.....	196
1	Generalidades	196
2	Algumas classificações	198
3	Dispositivo, enunciado normativo e norma	200
II	NORMAS CONSTITUCIONAIS	203
1	A Constituição como norma jurídica	203
2	Características das normas constitucionais	204
3	Conteúdo material das normas constitucionais.....	205
4	Princípios e regras: as diferentes funções das normas constitucionais.....	208
5	A eficácia das normas constitucionais.....	215
III	A CONQUISTA DA EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO	220
1	Antecedentes históricos.....	220
2	Normatividade e realidade fática: possibilidades e limites do direito constitucional ...	220
3	Conceito de efetividade	222
4	Os direitos subjetivos constitucionais e suas garantias jurídicas.....	223
5	A inconstitucionalidade por omissão.....	224
6	Consagração da doutrina da efetividade e novos desenvolvimentos teóricos	225

PARTE II O NOVO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: MUDANÇAS DE PARADIGMAS E A CONSTRUÇÃO DO MODELO CONTEMPORÂNEO

CAPÍTULO I ANTECEDENTES TEÓRICOS E FILOSÓFICOS

I	A TEORIA JURÍDICA TRADICIONAL.....	229
II	A TEORIA CRÍTICA DO DIREITO.....	230
III	ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO JUSNATURALISMO.....	234
IV	ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO POSITIVISMO JURÍDICO.....	237

CAPÍTULO II TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO

I	A FORMAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO	241
II	MARCO HISTÓRICO: PÓS-GUERRA E REDEMOCRATIZAÇÃO	243
III	MARCO FILOSÓFICO: A CONSTRUÇÃO DO PÓS-POSITIVISMO.....	244

1	O princípio da dignidade da pessoa humana	247
1.1	A dignidade humana tem natureza jurídica de princípio constitucional.....	247
1.2	O conteúdo jurídico da dignidade humana	248
2	O princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade	251
IV	MARCO TEÓRICO: TRÊS MUDANÇAS DE PARADIGMA	257
1	A força normativa da Constituição	257
2	A expansão da jurisdição constitucional.....	258
3	A reelaboração doutrinária da interpretação constitucional.....	260
4	Um novo modelo	261

CAPÍTULO III A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

I	GENERALIDADES	263
1	Introdução	263
2	Terminologia: hermenêutica, interpretação, aplicação e construção.....	264
3	Especificidade da interpretação constitucional	266
II	OS DIFERENTES PLANOS DE ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	267
1	O plano jurídico ou dogmático	268
2	O plano teórico ou metodológico	268
2.1	As escolas de pensamento jurídico	268
2.2	As teorias da interpretação constitucional	272
2.2.1	Alguns métodos da teoria constitucional alemã.....	272
2.2.2	O debate na teoria constitucional americana	274
3	O plano da justificação política ou da legitimação democrática	276
4	A interpretação constitucional como concretização construtiva	280
III	A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL SOB PERSPECTIVA TRADICIONAL...	281
1	Algumas regras de hermenêutica	281
2	Elementos tradicionais de interpretação jurídica.....	284
2.1	Interpretação gramatical, literal ou semântica.....	285
2.2	Interpretação histórica	286
2.3	Interpretação sistemática	287
2.4	Interpretação teleológica.....	288
3	A metodologia da interpretação constitucional tradicional	289
4	Princípios instrumentais de interpretação constitucional	290
4.1	Princípio da supremacia da Constituição	291
4.2	Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos	292
4.3	Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	293
4.4	Princípio da unidade da Constituição.....	294

4.5 Princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade	296
4.6 Princípio da efetividade	296

CAPÍTULO IV NOVOS PARADIGMAS E CATEGORIAS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

I PREMISSAS METODOLÓGICAS DA NOVA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	298
1 A norma, o problema e o intérprete	299
2 Três mudanças de paradigma que abalaram a interpretação constitucional tradicional	301
2.1 Superação do formalismo jurídico	301
2.2 Advento de uma cultura jurídica pós-positivista	301
2.3 Ascensão do direito público e centralidade da Constituição	301
3 Nova interpretação e casos difíceis	302
4 Algumas categorias jurídicas utilizadas pela nova interpretação constitucional.....	304
II OS CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS	305
III A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS	309
1 Recapitulando os conceitos fundamentais	309
2 Modalidades de eficácia dos princípios constitucionais	310
2.1 Eficácia direta.....	311
2.2 Eficácia interpretativa.....	311
2.3 Eficácia negativa	312
3 Algumas aplicações concretas dos princípios.....	312
IV A COLISÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS	321
V A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO.....	325
VI A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	330
1 Algumas anotações teóricas.....	330
2 Alguns aspectos práticos.....	332

CAPÍTULO V A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO

I GENERALIDADES.....	340
II ORIGEM E EVOLUÇÃO DO FENÔMENO	341
III A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO NO BRASIL.....	347
1 O direito infraconstitucional na Constituição.....	347
2 A constitucionalização do direito infraconstitucional.....	348
3 A constitucionalização do Direito e seus mecanismos de atuação prática.....	350

IV	ALGUNS ASPECTOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO	353
1	Direito civil	353
2	Direito administrativo.....	357
3	Direito penal.....	361
V	CONSTITUCIONALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ..	367
VI	CONTROLANDO OS RISCOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO EXCESSIVA ...	375

PARTE III A CONSTITUIÇÃO DE 1988, JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E PAPÉIS DAS SUPREMAS CORTES

CAPÍTULO A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: HISTÓRICO, DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO E NA REALIDADE

INTRODUÇÃO	DA VINDA DA FAMÍLIA REAL À CONSTITUIÇÃO DE 1988...	381
-------------------	--	-----

I DO REGIME MILITAR À DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

1	O longo caminho	383
1.1	1964-1985: ascensão e ocaso do regime militar	383
1.2	Convocação, instalação e natureza da Assembleia Nacional Constituinte.....	386
1.3	Os trabalhos de elaboração da Constituição	388
1.4	O texto aprovado	390
2	A consolidação democrática brasileira	391
2.1	O sucesso institucional da Constituição de 1988.....	391
2.2	Os governos Fernando Collor e Itamar Franco.....	392
2.3	O governo Fernando Henrique Cardoso.....	394
2.4	O governo Luiz Inácio Lula da Silva	397
2.5	O governo Dilma Rousseff	398
2.5.1	Perda brusca de sustentação política da Presidente eleita	399
2.5.2	Desgaste pela longa permanência do mesmo partido no poder e a Operação <i>Lava-Jato</i>	400
2.5.3	Presidencialismo de coalizão e ausência de uma saída institucional simples para afastamento do Presidente da República em caso de perda de sustentação política. O trauma do <i>impeachment</i>	401
2.6	O governo Michel Temer	402
3	Realizações e dificuldades do período.....	404
3.1	Alguns avanços	404
3.2	Algunas circunstâncias.....	405
3.3	Alguns reveses	406

II O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES

1	Poder Executivo.....	407
2	Poder Legislativo.....	409
3	Poder Judiciário	412

III AS TRANSFORMAÇÕES DA TEORIA CONSTITUCIONAL	417
1 A doutrina brasileira da efetividade.....	417
2 Neoconstitucionalismo ou o novo direito constitucional	419
3 A constitucionalização do Direito	421
REFLEXÃO FINAL: A VITÓRIA DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO	422
1 O que ficou por fazer	422
2 O que se deve celebrar.....	424
CAPÍTULO II UM BALANÇO DA CONSTITUIÇÃO AOS TRINTA ANOS DE VIGÊNCIA	
I INTRODUÇÃO	426
II ALGUNS PONTOS ALTOS	427
1 Estabilidade institucional.....	427
2 Estabilidade monetária	427
3 Inclusão social.....	428
III O DESTAQUE MAIOR: O AVANÇO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	429
IV OS PONTOS FRACOS DESSES TRINTA ANOS.....	431
1 O sistema político.....	431
2 A corrupção estrutural e sistêmica.....	434
V REFLEXÕES FINAIS.....	436
CAPÍTULO III JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A TÊNUE FRONTEIRA ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA	
I INTRODUÇÃO	439
II A ASCENSÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO	440
1 A jurisdição constitucional.....	440
2 A judicialização da política e das relações sociais.....	441
3 O ativismo judicial	445
4 Críticas à expansão da intervenção judicial na vida brasileira.....	447
4.1 Crítica político-ideológica	447
4.2 Crítica quanto à capacidade institucional	448
4.3 Crítica quanto à limitação do debate	449
5 Importância e limites da jurisdição constitucional nas democracias contemporâneas....	449
III DIREITO E POLÍTICA: A CONCEPÇÃO TRADICIONAL	451
1 Notas sobre a distinção entre Direito e política.....	451
2 Constituição e poderes constituídos.....	452

3	A pretensão de autonomia do Judiciário e do Direito em relação à política	453
3.1	Independência do Judiciário.....	454
3.2	Vinculação ao Direito posto e à dogmática jurídica	454
3.3	Limites da separação entre Direito e política	455
IV	DIREITO E POLÍTICA: O MODELO REAL	456
1	Os laços inevitáveis: a lei e sua interpretação como atos de vontade	456
2	A interpretação jurídica e suas complexidades: o encontro não marcado entre o Direito e a política	457
2.1	A linguagem aberta dos textos jurídicos.....	457
2.2	Os desacordos morais razoáveis.....	457
2.3	As colisões de normas constitucionais	458
2.4	A interpretação constitucional e seus métodos	459
3	O juiz e suas circunstâncias: influências políticas em um julgamento	460
3.1	Valores e ideologia do juiz	461
3.2	Interação com outros atores políticos e institucionais	464
3.2.1	Preservação ou expansão do poder da Corte.....	464
3.2.2	Relações com outros Poderes, órgãos e entidades estatais	467
3.3	Perspectiva de cumprimento efetivo da decisão	468
3.4	Circunstâncias internas dos órgãos colegiados.....	470
3.5	A opinião pública.....	471
4	A autonomia relativa do Direito em relação à política e a fatores extrajudiciais.....	473
V	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: CONTRAMAJORITÁRIO E REPRESENTATIVO.....	474

CAPÍTULO IV OS PAPÉIS DAS SUPREMAS CORTES E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

I	O ESTADO DA ARTE DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO....	479
II	OS PAPÉIS DESEMPENHADOS PELAS SUPREMAS CORTES E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS	482
1	O papel contramajoritário.....	483
2	O papel representativo.....	485
3	O papel iluminista.....	491

PARTE IV PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO ESTADO BRASILEIRO

I	OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES	503
II	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	504
1	Generalidades	504

2	Estado de direito.....	505
3	Democracia.....	506
4	A democracia constitucional como ideologia vitoriosa do século XX.....	509
5	A democracia constitucional brasileira.....	509
5.1	Liberalismo político e democracia.....	509
5.2	Três dimensões da democracia.....	510
5.2.1	Democracia representativa.....	511
5.2.2	Democracia constitucional.....	512
5.2.3	Democracia deliberativa.....	516
6	Democracia, princípio majoritário e jurisdição constitucional.....	517
7	A democracia em crise.....	519
7.1	A recessão democrática.....	519
7.2	Três fenômenos distintos.....	519
7.3	Algumas causas do populismo extremista e autoritário.....	520
8	O futuro da democracia.....	522
8.1	Três inimigos da democracia.....	522
8.1.2	Apropriação do Estado por elites extrativistas.....	522
8.1.3	Pobreza extrema e desigualdades injustas.....	522
8.1.4	Sentimento de pertencimento.....	523
III	REPÚBLICA.....	524
1	Generalidades.....	524
2	República como forma de governo.....	526
3	República como conceito substantivo.....	528
4	A República brasileira.....	529
4.1	Breve notícia histórica.....	529
4.2	A República na Constituição de 1988.....	532
IV	FEDERAÇÃO.....	538
1	Generalidades.....	538
2	Antecedentes históricos: da Antiguidade à Constituição dos Estados Unidos.....	539
3	A experiência constitucional brasileira com o federalismo.....	541
4	Características do modelo federalista.....	543
5	Soberania e valores constitucionais.....	544
6	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de Federação.....	546
 CAPÍTULO II TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS		
I	GENERALIDADES.....	549
II	ORIGEM, EVOLUÇÃO E CONCEITO.....	550
1	Os direitos humanos.....	550
2	A dignidade humana.....	551
3	Os direitos fundamentais.....	552

III CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	554
1 Direitos individuais, políticos, sociais e difusos.....	554
1.1 Direitos individuais	554
1.2 Direitos políticos	555
1.3 Direitos sociais	557
1.4 Direitos difusos	559
2 Outras classificações.....	560
IV REGIME JURÍDICO DIFERENCIADO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	562
1 Oponibilidade dos direitos fundamentais às maiorias políticas	562
2 Aplicabilidade direta e imediata dos direitos fundamentais	563
3 A abertura do catálogo de direitos fundamentais previstos na Constituição	565
V ESTRUTURA, CONTEÚDO E LIMITES IMANENTES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	567
1 Direitos fundamentais como regras e princípios.....	567
2 Aspectos intrínsecos e limites imaneses.....	568
VI RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS	569
1 A existência de limites externos	569
2 As teorias interna e externa.....	570
VII LIMITES ÀS RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS	570
1 A ponderação.....	571
2 Razoabilidade e proporcionalidade	572
3 Núcleo essencial do direito	574
VIII DIMENSÃO SUBJETIVA, OBJETIVA E PRIVADA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	576
1 A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais.....	577
2 A dimensão objetiva dos direitos fundamentais	577
3 A eficácia privada dos direitos fundamentais.....	578

CAPÍTULO III MATRIZES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

I DIREITO À VIDA.....	582
1 Generalidades	582
2 O direito à vida no ordenamento jurídico brasileiro.....	583
3 Pena de morte.....	587
4 Interrupção da gestação	589
5 Pesquisas com células-tronco embrionárias.....	592
6 A morte com intervenção: eutanásia, suicídio assistido e ortotanásia.....	593
II LIBERDADE, LEGALIDADE E AUTONOMIA DA VONTADE	595
1 Liberdade	595

1.1	O conceito de liberdade	595
1.2	Três grandes movimentos históricos	595
1.3	Direito geral de liberdade	596
2	Legalidade	598
2.1	A lei como tradição e como positivação	598
2.2	Dimensão privada e pública da legalidade	599
2.3	Preferência da lei e reserva da lei	600
2.4	Delegação legislativa, poder regulamentar e juridicidade	601
2.5	O papel da jurisprudência no direito brasileiro contemporâneo	603
3	Autonomia da vontade	604
III	IGUALDADE	608
1	Generalidades	608
2	Três dimensões da igualdade	609
3	Igualdade formal	610
4	Igualdade material	611
5	Igualdade como reconhecimento	613
IV	SEGURANÇA	618
1	Generalidades	618
2	Segurança individual	620
3	Segurança jurídica	621
4	Segurança pública	624
5	Segurança social	631
6	Segurança nacional	632
7	Segurança humana	634
V	DIREITO DE PROPRIEDADE	635
1	Generalidades	635
2	A propriedade na Constituição brasileira	638
3	Alguns tópicos específicos do direito de propriedade	641
3.1	Direito de herança	641
3.2	Direitos autorais	641
3.3	Propriedade intelectual	642
3.4	Bens públicos	643
4	Interferências estatais no direito de propriedade	643
4.1	Limitações ao direito de propriedade	644
4.2	Desapropriação	647
5	Direitos originários de índios e quilombolas	648
	<i>Conclusão</i>	650
I	Síntese sumária de algumas ideias	650
II	Encerramento	656
	<i>Bibliografia</i>	657